

AUXÍLIO PROPOSTA PREVÊ TAMBÉM AJUDA DE CUSTO A ESTUDANTES CARENTES QUE INGRESSAREM NA UNIVERSIDADE

Ufes estuda fim de vestibular para alunos de escola pública

Projeto, que ainda vai ser elaborado, seria para implantação a partir de 2011

MAURÍLIO MENDONÇA

Duas propostas incluídas no projeto de implantação do sistema de cotas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), aprovado na última segunda-feira, prevêem o término do vestibular para alunos de escolas públicas em 2011 e a ajuda de custo para estudantes carentes que ingressarem na universidade, a

partir de 2008. Essas idéias ainda serão elaboradas e apresentadas.

Caso o projeto de cotas seja aprovado até o final de julho deste ano, pelos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e o Universitário (CUN), a Câmara de Graduação da Ufes, formada pelos diretores de colegiados de 45 cursos, apresentaria um sistema de acompanhamento e

avaliação seriados, até o final de 2007, direcionado aos alunos do ensino médio de escolas públicas.

O objetivo será avaliar esses alunos e a qualidade do ensino das escolas em que estudam para que, em 2011, não seja necessário a avaliação desses estudantes pelo vestibular. Apenas a primeira etapa, no máximo, seria feita pelos candidatos. Na segunda etapa a avaliação seria em cima do desempenho deles nos três anos de ensino médio. Dessa forma, o aluno entraria no curso escolhido sem precisar fazer as provas discursi-

vas e de redação.

O sistema de acompanhamento e avaliação será desenvolvido, em parceria, pela Ufes e as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública do Estado.

No projeto de cotas aprovado na Câmara de Graduação, também está previsto uma ajuda de custo aos estudantes que ingressarem na universidade e não tiverem condições financeiras para manter os estudos. Algumas bolsas seriam criadas especificamente para esses casos, atendendo a trabalhos de cunho social desenvolvidos pela Ufes.

Projeto foi inspirado na Universidade de Brasília

O projeto que prevê a avaliação de estudantes de escolas públicas para ingressar nos cursos da Ufes, a partir de 2011, sem vestibular, foi inspirado no Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UNB). O programa foi implantado antes do sistema de cotas que existe na instituição e não está ligado ao modelo de reserva de vagas raciais. Ele é voltado para estudantes de escolas públicas e privadas, que são avaliados durante os três anos do ensino médio. Em cada ano, uma prova é elaborada com o conteúdo voltado ao que foi ensinado durante o ano escolar. Cerca de 200 vagas são reservadas, por ano, para os alunos que atingirem os melhores rendimentos nas avaliações. Eles entram na universidade sem fazer o vestibular.

VestUfes 2007 já deve ser com novo sistema

Para isso projeto das cotas tem que ser aprovado até o final de julho por dois conselhos

O sistema de cotas da Ufes deve ser implantado ainda no vestibular de 2007. Mas, para isso, o projeto tem que ser avaliado e aprovado, até o final de julho, pelos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e o Universitário (CUN), respectivamente.

A proposta aprovada pela Câmara de Graduação, na última segunda-feira, vai servir como base para a discussão a ser feita nos conselhos da universidade. Eventuais mudanças no projeto só serão

efetuados em cima do modelo existente, outras propostas estão descartadas. O que pode acontecer é os componentes do Cepe ou CUN apresentarem alterações e elas serem avaliadas.

O projeto em questão será encaminhado até sexta-feira para o reitor Rubens Rasseli, que preside os dois conselhos. Em seguida, segundo a assessoria de imprensa da Ufes, o reitor irá destinar o projeto para os conselhos e incluí-lo nas pautas de reunião.

A próxima reunião do Cepe será no dia 30. Mas o reitor pode marcar uma reunião extraordinária. Após a avaliação e aprovação do projeto neste conselho, ele é encaminhado ao CUN, que irá se reunir no dia 29 de junho.

SISTEMA DE COTAS DA UFES

■ **Vagas.** A proposta prevê reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro desse percentual, uma quantidade específica para negros. O objetivo é atingir 50% das vagas em três anos

■ **Percentual.** No ano de implantação seriam reservadas 25% das vagas para cotas (5% para negros e 20% para demais). No ano seguinte 40% (5% para negros e 35% para demais). E no término, 50% (5% para negros e 45% para os demais)

■ **Provas.** Todos os candidatos vão disputar o mesmo

vestibular. O mínimo exigido é que o candidato acerte 30% na primeira etapa e 30% na segunda

■ **Disputa.** As primeiras vagas são as destinadas ao Sistema Único, ou seja, que não estejam separadas para cotistas. O preenchimento será feito pelos candidatos que alcançarem as maiores notas

■ **Rede pública.** Em seguida são preenchidas as vagas dos estudantes de escola pública. Os negros também podem participar desse processo. E, por último, as vagas específicas para negros (5%).

Movimento negro quer 26% das cotas

O movimento pró-cotas marcou uma reunião, para próxima segunda-feira, às 19 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, de Vitória. O objetivo é avaliar o sistema de cotas aprovado pela Câmara de Graduação e compará-la com as exigências do movimento. O grupo vai apresentar a proposta rejeitada aos conselhos, mas com alterações: a exigência será de cotas raciais, apenas para negros e afro-descendentes.

“Já enviamos uma proposta para a Ufes, para a mesma Câmara, e ela foi rejeitada. Pedimos 26% de cotas para negros e afro-descendentes e eles aprovam 5% para pretos, desconsiderando todos os 30 anos de estudo e luta pelas políticas de inclusão

racial no país”, reclama o coordenador do fórum social das entidades negras no Estado, Isaias Santana da Rocha, integrante do movimento pró-cotas.

Para ele o que foi aprovado pelos diretores de colegiado e o pró-reitor de graduação da Ufes, Santinho Ferreira de Souza, não vai alterar em nada a comunidade acadêmica da Ufes. “Essa proposta é racista e excludente, não alterando em nada o que já vivemos”, afirma Isaias.

O movimento pró-cotas pretende radicalizar a mobilização e vai exigir um aumento no número de reserva de vagas para negros e afro-descendentes. “A escola pública acabou privilegiada por uma luta que é nossa”, reclama Santana.